

A DISPONIBILIDADE DE DADOS DA SAÚDE EM PLATAFORMAS DIGITAIS DA GESTÃO PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ

Ana Sabrina de Oliveira Fernandes¹

Rafaella Pessoa Moreira²

RESUMO

Promover a democratização da informação, constitui um dever das entidades públicas. No que se refere à saúde, a disponibilização de dados vai além da prestação de contas, pois representa informações cruciais para a implementação e avaliação da política de saúde. Este artigo tem como objetivo analisar as informações em saúde disponíveis em plataformas digitais da gestão pública do Estado do Ceará. A metodologia consiste em traçar um perfil do Integra Sus – portal da transparência da saúde do Estado do Ceará, e comparar com as informações disponibilizadas pelos *sites* dos municípios de Fortaleza e Redenção, cidades de grande e pequeno porte, respectivamente. Chama atenção para a necessidade de os municípios disponibilizarem as informações em saúde nos *sites* regionais, já que são executores da política de saúde e produtores de um volume significativo de informações.

Descritores: Informação em Saúde. Democratização da Informação. Dados Abertos.

ABSTRACT

Promoting the democratization of information is a duty of public entities. With regard to health, the availability of data goes beyond accountability, as it represents crucial information for the implementation and evaluation of health policy. This article aims to analyze the health information available on digital platforms of public management in the State of Ceará. The methodology consists of drawing a profile of Integra Sus - health transparency portal of the State of Ceará and comparing it with the information provided by the websites of the cities of Fortaleza and Redenção, cities of large and small, respectively. It draws attention to the need for municipalities to make health information available on regional sites, as they are health policy makers and producers of a significant amount of information.

Descriptors: Health Information. Democratization of Information. Open Data.

Data de Submissão: 03/02/2020

Data de Aprovação: 03/02/2020

¹ Estudante do Curso de Especialização em Gestão em Saúde pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira e Universidade Aberta do Brasil, polo Redenção.

² Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (2006). Especialista em diabetes e hipertensão pela Escola de Saúde Pública do Ceará (2008). Mestre em enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (2008). Doutora em enfermagem pela Universidade Federal do Ceará (2008). Professora adjunta I da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - sede Redenção/Ceará.

1. INTRODUÇÃO

Indiscutivelmente, a tecnologia revolucionou a forma de vida de muitas pessoas. Diariamente temos ao alcance de um click, informações que outrora levariam anos para serem propagadas. O ritmo em que os dados são colocados na rede é frenético, muito mais conteúdo do que somos capazes de assimilar. A globalização digital possibilitou o acesso democrático da informação, ampliando o conhecimento e facilitando processos de trabalho que antes eram cansativos e duradouros e que hoje podem ser desenvolvidos com um número infinito de informações e sem grandes esforços. De acordo com Jannuzzi (2012), as novas tecnologias de informação e comunicação possibilitam que:

Dados cadastrais antes esquecidos em armários e fichários passam a transitar pela rede, transformando-se em informação estruturada para análise e tomada de decisão. Dados estatísticos antes inacessíveis em enormes arquivos digitais passam a ser “customizados” na forma de tabelas, mapas e modelos quantitativos construídos por usuários não especializados. Sem dúvida, a internet, os CD-ROMs inteligentes e os arquivos de microdados potencializaram muito a disseminação da informação administrativa compilada por órgãos públicos e a informação estatística produzida pelas agências especializadas (JANUZZI, 2012, p.19).

No campo governamental, a democratização de informações é garantida pela Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Com a finalidade de regular o acesso à informação estabelecido na Constituição Federal de 1988, esta lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Para garantir o acesso à informação e sua divulgação, dentre outros artigos, a lei Nº 12.257 preconiza:

É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas (BRASIL, 2011, Art. 8º).

A divulgação de informações seguras e eficazes nos canais governamentais possibilitam uma gestão pública transparente, favorecendo a realização do controle social, mecanismo de fortalecimento da cidadania. Além de garantir o acesso rápido, seguro e eficaz ao conhecimento da população, essas informações podem ser usadas para subsidiar as atividades de gestão, planejamento, programação, monitoramento e avaliação de serviços públicos. Isto é possível porque a produção de informação por parte de instituições públicas é constante. Através de seus procedimentos administrativos e operacionais, são coletados dados importantes que acabam contribuindo na produção de diversas informações de interesse da coletividade.

Os mecanismos de participação digital também exigem novas formas de gestão, de pensar a coisa pública, de governança, ao considerar o cidadão como participante da definição da agenda política e da sua implementação, agente de monitoramento e não apenas objeto da sua ação (CUNHA, 2015, p. 13).

Além de auxiliar em processos de trabalho, o compartilhamento de informações também atua como mobilizador social, pois favorece debates políticos e sociais que se disseminam na rede de forma majestosa, muitas vezes trazendo ao debate cidadãos que antes eram alheios a participação política.

No âmbito da saúde esse avanço tecnológico significa, sobretudo, maior qualidade dos serviços prestados se levarmos em consideração a quantidade de informações disponibilizadas e acessíveis a todos, em especial, aos gestores de saúde que podem utilizar

essas informações para subsidiar a elaboração de políticas e programas. Nesta perspectiva, Gonçalves, ressalta que “As informações de saúde são essenciais para estudos epidemiológicos, análises de demanda por serviços e, para fundamentar políticas de saúde.” (2014, p. 34).

Contudo, é válido salientar a importância de essas informações serem compartilhadas de maneira plena, isto é, é indispensável que sejam fidedignas a fim de que sejam estabelecidas as prioridades e tomadas as medidas necessárias às necessidades da população. Nesta perspectiva, Melo Jorge, Laurenti e Gotlieb (2010) salientam que no decorrer dos tempos, os cuidados com a saúde passaram do nível individual para o nível populacional, e isto implica uma maior preocupação com fenômenos antes ignorados. De acordo com os autores foi o desenvolvimento na área da informática que criou as condições favoráveis para a informação de qualidade, não apenas na coleta e processamento dos dados, mas, “principalmente, na sua divulgação oportuna, entendida, esta, como o menor tempo decorrido entre a produção e a disponibilização da informação.” (MELLO JORGE; LAURENTI; GOTLIEB, 2010, p. 8).

Já Neri (2016) ressalta que no Brasil, assim como nos países em desenvolvimento, a confiabilidade das informações em saúde é questionável, haja vista que a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) não segue um plano regular e normatizado para monitorar e avaliar a qualidade dos dados. A autora acrescenta ainda que a fidelidade das informações é fundamental para a gestão, “[...] pois conhecer a situação de saúde de determinada população é essencial para estabelecer prioridades, alocar e gerir recursos de forma a modificar, positivamente, as condições de vida e saúde.” (2016, p. 22).

As informações em saúde no Brasil são processadas por diversas instituições, num processo de inter-relação entre elas. Visando superar a fragmentação de informações em saúde e promover a articulação interinstitucional de entidades que atuam na geração de informações e nas questões relacionadas com a saúde, o Ministério da Saúde, instituiu em 1996 a Portaria N° 2.390, que cria a Rede Integregencial de Informações para a Saúde (RIPSA), e tem dentre seus objetivos estabelecer bases de dados consistentes, atualizados, abrangentes, transparentes de fácil acesso no âmbito da saúde (BRASIL, 1996). A RIPSA reúne informações de diversas organizações governamentais atuantes nos três níveis de gestão do SUS, além de envolver outros órgãos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); bem como institutos de pesquisa e organizações não governamentais (ONGs), dentre outros.

Já o Departamento de Informática do Sus (DATASUS), tem como responsabilidade prover os órgãos do SUS de sistemas de informação e suporte de informática, necessários ao processo de planejamento, operação e controle. Além disso, por meio de ferramentas como o TABNET, que consiste em um tabulador genérico de domínio público, é possível organizar dados de forma rápida conforme a consulta que se deseja tabular. (BRASIL, 2019).

Uma outra preocupação do Ministério da Saúde foi de criar bases de dados informatizadas de alimentação obrigatória e com penalidades previstas em caso de descumprimento. Assim, foram desenvolvidas importantes sistemas nacionais de informação que permitiram avançar na coleta e na disseminação eletrônica de dados na área de saúde, tais como atendimentos hospitalares, orçamentos públicos em saúde, número de nascimentos e óbitos, doenças de notificação compulsória, atendimentos ambulatoriais, informações sobre atenção básica, e muito mais.

Já no ano de 2015 foi publicada a Portaria N° 589, que institui a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS), que visa à integração das informações disponíveis e à melhoria no acesso e incentivo aos registros eletrônicos e ao uso das informações de saúde. Esta Política estabelece no Art.4º, dentre seus princípios gerais, a

produção da informação em saúde abarcando a totalidade das ações de controle e participação social, coletiva e individual, das ações da atenção à saúde e das ações de gestão, bem como a democratização da informação em saúde como um dever das entidades públicas e privadas de saúde (BRASIL, 2015).

Considerando que a PNIIS tem como principal objetivo o alinhamento de informações que são coletadas no próprio serviço de saúde e visa promover uma maior eficiência nas ações realizadas em rede, podemos dizer que as implicações desse sistema uniformizado vão além de dados sigilosos de acesso restrito a profissionais de saúde, uma vez que também produzem informações de interesse coletivo, proporcionam condições reais de acompanhamento, monitoramento e vigilância em saúde:

As informações obtidas a partir dos dados produzidos pelos diferentes sistemas não constituem um fim em si mesmas, mas representam uma maneira de subsidiar melhores decisões para políticas, planejamento, administração, monitoramento e avaliação de programas de saúde, além de, obviamente, servirem para a análise e avaliação epidemiológicas (MELLO JORGE; LAURENTI; GOTLIEB, 2010, p. 8).

Quanto aos sistemas de informação em saúde no nível local, Branco (2001) salienta que, a informação em saúde no Brasil, isto é, sua produção e divulgação, habitualmente ficou a cargo das esferas federal e estadual, deixando os municípios a margem dessa produção de informação. Nesta perspectiva é importante lembrar que um dos princípios organizativos da lei 8080/90, consiste na descentralização político administrativa, isto quer dizer que a partir da criação do SUS, a responsabilidade foi dividida entre os três níveis de governo visando uma maior eficiência dos serviços prestados.

No que diz respeito aos sistemas de informação, a lei orgânica da saúde, Lei Nº 8.080/90, prevê, como competência e atribuição comuns à União, estados e municípios, a organização e coordenação do sistema de informação em saúde. (BRASIL, 1990). Em outras palavras, é possível dizer que os municípios têm equivalente responsabilidade junto à União e aos estados, pois, uma vez que coletam os dados, são capazes de organizar e coordenar as informações em saúde de sua região.

É a partir desta ampla produção de informação na saúde que é possível a divulgação, nas plataformas de transparência da gestão pública, de dados epidemiológicos, de morbidade, mortalidade, perfil demográfico, prestação de serviços, entre outras informações.

Estas informações podem ser encontrados tanto em portais específicos do Estado, como já mencionado acima, e, no caso dos municípios, quando geralmente inexistem esses dados de forma sistematizada, as informações de interesse público são disponibilizadas nos portais de transparência da gestão, em geral, dados financeiros, ou informações gerais, tais como, notícias locais e composição estrutural da administração pública, e, no caso da saúde, pode-se encontrar informações de forma geral, ou seja, programas, ações, boletins epidemiológicos, dentre outras.

Assim, é pertinente uma análise aprofundada sobre a importância da informação no setor saúde e de que forma estes elementos estão viabilizados para a população. Este artigo tem como objetivo analisar quais as informações em saúde estão disponíveis nas principais plataformas digitais da gestão pública do estado do Ceará. Seus objetivos específicos são verificar se estado e municípios estão cumprindo com o compromisso de promover a democratização e a transparência das informações. Bem como, averiguar a facilidade de obtenção destas informações. Isto é, verificar a facilidade de pesquisa e a visualização de dados. Nesta perspectiva, é válido salientar que muitos *sites* disponibilizam informações, mas a busca não é facilitada, pois não apresentam uma interface didática e muito menos linguagem de fácil compreensão. Desta forma, embora haja o compartilhamento de informações, os cidadãos continuam tendo dificuldade de acessá-las.

2. MÉTODO

De acordo com Minayo (2002) a metodologia da pesquisa social inclui o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade, bem como o potencial criativo do pesquisador. Assim, para esse estudo foram usadas as abordagens de natureza qualitativa e quantitativa haja vista que “o conjunto de dados qualitativos e quantitativos não se opõem, ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia.” (MINAYO, 2002, p. 22).

A pesquisa foi realizada nos *sites* do Governo do Estado do Ceará (<https://integrasus.saude.ce.gov.br/>) e das Prefeituras dos municípios de Fortaleza (<https://www.fortaleza.ce.gov.br/>) e Redenção (<https://www.redencao.ce.gov.br/>), entre os períodos de novembro e dezembro de 2019. Ressalta-se que o critério de escolha do campo de pesquisa foi mediante a importância de verificar a disponibilidade de informações em saúde nas plataformas digitais da gestão pública em nível regional, haja vista a ampla bibliografia na esfera federal.

Quanto ao procedimento adotado na coleta de dados, optou-se por uma pesquisa bibliográfica e documental, isto é, além de dados bibliográficos, foram utilizados relatórios, documentos governamentais disponibilizados em *sites* oficiais e levantamentos estatísticos, de forma a permitir uma maior proximidade com o objeto pesquisado. A respeito da análise documental, Ludke e André (1986), assinalam que “Os documentos constituem uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador.” (LUDKE e ANDRÉ, 1986, p. 39).

Assim, em um primeiro momento foi feita uma revisão bibliográfica sobre o objeto de estudo e analisados documentos oficiais. A partir dessa primeira aproximação com a temática, observou-se um déficit de literatura com enfoque em *sites* regionais, de estados e municípios, surgindo nesse momento o campo de pesquisa. Posteriormente, foi realizada uma busca detalhada em *sites* das principais cidades do estado do Ceará, com vistas e delimitar o campo de estudo. O critério na escolha dos *sites* pesquisados foi a complexidade do sistema de saúde local. Foram analisados três portais da transparência pública, o primeiro de nível estadual, e os outros dois, de nível municipal de grande e pequeno porte.

O portal da transparência da saúde do Governo do Estado do Ceará, foi utilizado como parâmetro para a pesquisa, haja vista ser o único *site*, dentre os estudados, com informações específicas em saúde.

O município de Fortaleza foi escolhido tomando-se como pressuposto que a capital do estado deteria uma quantidade significativa de dados, haja vista ser a maior cidade do Ceará em população e a quinta do Brasil, com mais de 2 milhões de habitantes. (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2019).

Já o município de Redenção tem uma população estimada em 27 mil habitantes e está localizado na região de Baturité. Sua importância se dá por ser uma cidade histórica, com data de fundação em 1868, e, em reconhecimento por ter sido a primeira cidade do Brasil a abolir a escravidão, Redenção foi o município escolhido para receber a Universidade Federal de Integração Luso-Afro-Brasileira – UNILAB, desde o ano de 2009. (PREFEITURA DE REDENÇÃO, 2019).

Dessa forma, para realização da pesquisa, inicialmente, foram analisados três aspectos, a saber: a existência de um portal com informações em saúde, e, na ausência deste, foi observado a disponibilidade dessas informações no portal oficial da transparência do estado/município. Por último, foi analisado a forma como estas informações se apresentam, ou seja, a facilidade na busca e obtenção de resultados de forma clara e objetiva.

A fase central da pesquisa compreendeu o momento em que foram coletadas as informações em saúde disponibilizadas no portal da transparência do Governo do Estado do

Ceará, isto é, Indicadores hospitalares; Indicadores administrativos financeiros; Indicadores de vigilância em saúde e Indicadores de serviço de atendimento móvel de urgência. Vale salientar que essas informações são coletadas em algumas bases de dados dos Sistemas Nacionais de Informação em Saúde, dentre os quais: Sistemas de Informações Hospitalares (SIH/SUS), Sistema de Informação sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), Sistema de Informação sobre Agravos de Notificação (SINAN).

A partir de uma análise detalhada do IntegraSus, foram reunidos os dados que nortearam este estudo, possibilitando a elaboração de um comparativo entre as informações contidas nos *sites* do Governo do Estado do Ceará e dos municípios de Fortaleza e Redenção. Por fim, foram elaborados fluxogramas ilustrando as informações disponíveis em cada *site*.

Quanto aos aspectos éticos, a pesquisa não passou pelo comitê de ética, visto que se trata de informações governamentais de domínio público e não envolve seres humanos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A princípio, foi pertinente traçar um perfil com as especificidades dos três *sites* analisados. O quadro abaixo mostra de maneira geral, um panorama da forma como as informações em saúde estão disponibilizadas nos portais da transparência da saúde dos *sites* analisados.

Quadro 1 - Panorama das informações encontradas

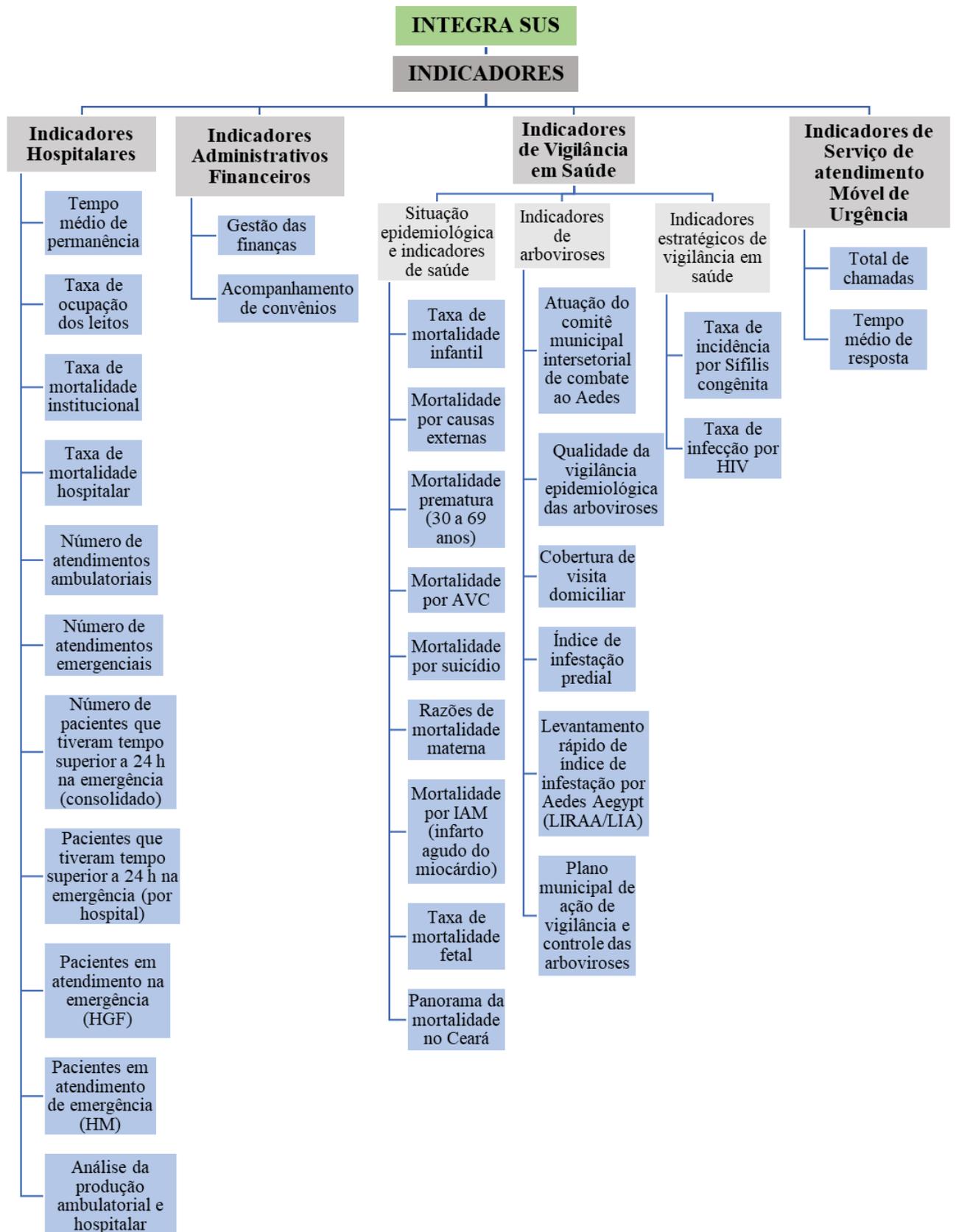
Portal da Transparência	Possui Portal de Transparência da Saúde	Presença de Informações em Saúde no Portal da Transparência	Facilidade de obtenção das informações.
Governo do Estado do Ceará	Sim – Integra Sus	Sim	Sim
Prefeitura de Fortaleza	Não	Sim – Canal saúde	Não
Prefeitura de Redenção	Não	Não	Não

Fonte: Elaborado pela autora

A partir desse panorama, foi possível a elaboração de um perfil detalhado de cada *site*. O primeiro *site* analisado foi o portal da Transparência da Saúde do Ceará, Integra Sus.

O IntegraSUS é uma plataforma de transparência da gestão pública de saúde do Estado do Ceará. A ferramenta integra sistemas de monitoramento e gerenciamento epidemiológico, hospitalar, ambulatorial, administrativo, financeiro e de planejamento da Secretaria da Saúde do Estado (Sesa) e dos 184 municípios. Esses dados são reunidos, analisados e disponibilizados para conhecimento da população e para auxiliar gestores em ações e políticas de saúde. (INTEGRA SUS, 2019).

Figura 1 - Fluxograma Integra Sus



Fonte: Elaborado pela autora

A figura 1 revela que o *site* apresenta quatro grupos de indicadores: Indicadores Hospitalares, contemplando os dados dos hospitais da rede administrada pelo Governo do Estado; Indicadores Administrativos Financeiros, referente aos gastos do Governo do Estado com saúde; Indicadores de Vigilância em Saúde de todo o estado do Ceará, contemplando: situação epidemiológica, indicadores de arboviroses e indicadores estratégicos de vigilância em saúde; e, por fim, Indicadores de Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU.

O primeiro grupo de indicador, traz onze dados quantitativos sobre os hospitais administrados pelo Governo do Estado. Na plataforma, é possível acessar dados de mortalidade institucional, tempo de permanência, atendimentos emergenciais e ambulatoriais, dentre outras informações que medem a quantidade e a qualidade das ações executadas nos oito grandes hospitais administrados pela gestão estadual.

O grupo dos indicadores administrativos financeiros compila informações sobre os investimentos em saúde nos últimos três anos, sendo possível acessar os dados individuais das unidades orçamentárias e fazer comparações entre elas, além de ter acesso os valores investidos em cada tipo de serviço. Por exemplo, se o cidadão desejar saber quanto o governo investiu no Hospital São José de Doenças Infecciosas até o mês de outubro do ano de 2019, é possível saber que foram investidos R\$ 24.305.547,01, tendo um panorama detalhando os gastos, mês a mês, e os tipos de gastos.

Já os indicadores de vigilância em saúde estão subdivididos em três grupos. O primeiro diz respeito à situação epidemiológica do estado, onde é possível ter um panorama da mortalidade no Ceará, indicando as causas e traçando um perfil das situações de óbito. O *site* também permite fazer a busca por município, isto é, se o internauta desejar saber sobre a situação de óbitos no município de Redenção, por exemplo, ele pode ter uma visão geral das informações, ou seja, entre janeiro e outubro de 2019, o município registrou 353 nascidos vivos e 151 óbitos, dos quais ainda é possível detectar as causas das mortes. O segundo grupo de indicadores de vigilância em saúde são os indicadores de arboviroses que são as doenças causadas pelos vírus da dengue, Zica, Chikungunya e febre amarela. Esta seção é destinada a informações das arboviroses nos municípios, entretanto, observou-se que a maioria dos itens estão sem registros, não consta nenhuma informação. O terceiro e último indicador de vigilância em saúde são os indicadores estratégicos de vigilância em saúde, estes, agregam dados detalhados sobre as DST's Sífilis e HIV nos municípios.

Por fim, a plataforma expõe os indicadores de serviço de atendimento móvel de urgência – SAMU, que informam o total de chamadas e o tempo médio de resposta do serviço nos municípios.

O Portal da Transparência da Saúde do Estado do Ceará, Integra Sus, é uma ferramenta de fácil acesso, com interface didática, reunindo uma quantidade significativa de dados compilados em gráficos, tabelas e percentuais. Integra em tempo real informações que podem contribuir para a elaboração de estratégias em saúde por parte da gestão, bem como para o simples acesso à informação da população.

Entretanto é importante ressaltar que alguns indicadores foram insuficientes por estarem com as informações incompletas ou até mesmo inexistentes. No item Indicadores de Arboviroses, alguns dados não estão disponibilizados de forma clara. Já no indicador Qualidade da Vigilância Epidemiológica das Arboviroses, que corresponde a investigação adequada e a notificação oportuna por parte dos municípios, não consta registro da maioria dos municípios.

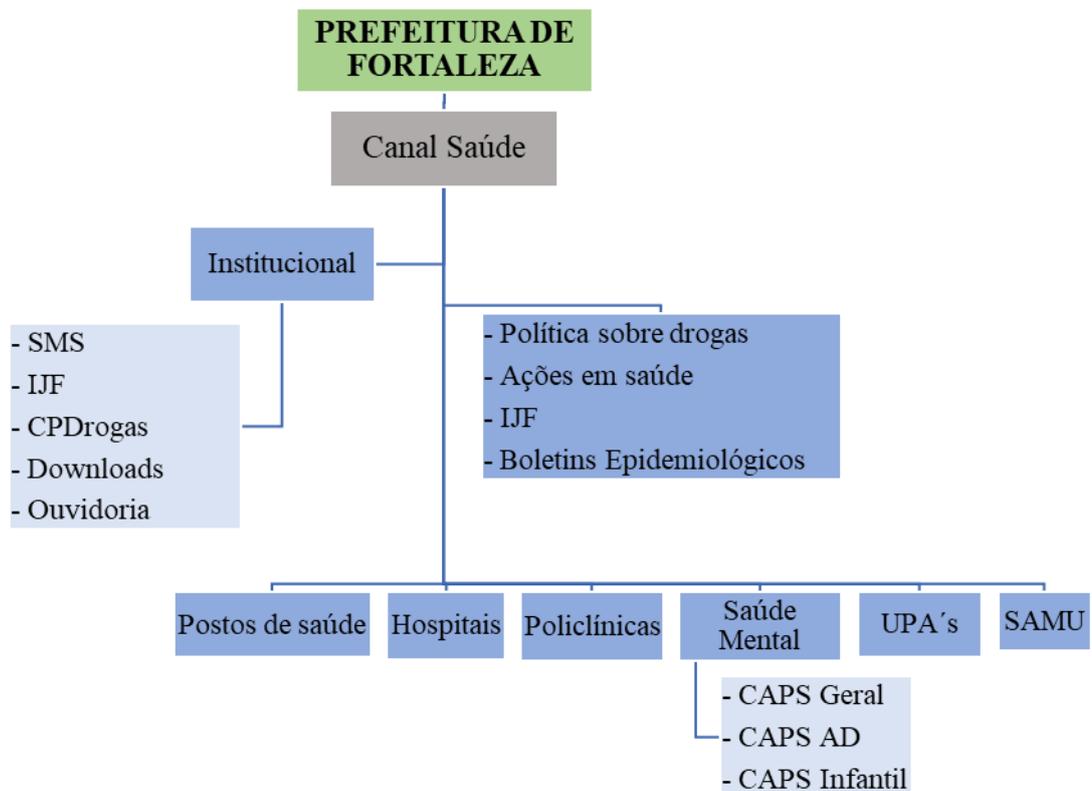
Outro item que se encontra sem informações é o Plano Municipal de Ação de Vigilância e Controle das Arboviroses. Este plano tem o objetivo de agregar e detalhar ações preventivas na prevenção de epidemias de arboviroses e que devem ser implantadas ou intensificadas no cotidiano dos serviços, apresentando também as ações corretivas que devem ser realizadas em situações epidêmicas.

Ainda sobre as doenças de notificação compulsória, é importante frisar que embora não estejam disponibilizados no IntegraSus, essas informações estão disponíveis no site da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, através do link Indicadores, onde é possível acessar os indicadores de atualização semanal das doenças de notificação compulsória, boletins epidemiológicos e acesso interligando ao Tabnet- Ceará.

É pertinente também, lembrar a importância da cooperação entre as secretarias do estado e dos municípios, pois proporciona a troca de experiências e o monitoramento em tempo real dos indicadores de saúde, favorecendo o planejamento de atividades e a implementação de ações em prol da população.

Já no site da prefeitura de Fortaleza, as informações em saúde estão disponíveis no site da própria prefeitura, através do atalho: Canal Saúde, onde é possível acessar as informações referentes as ações de saúde do município.

Figura 2 - Fluxograma Canal Saúde de Fortaleza



Fonte: Elaborado pela autora

De modo geral as informações no Canal Saúde da prefeitura de Fortaleza se constituem em informes sobre os serviços, endereços, telefones dos equipamentos e notícias sobre as ações em saúde realizadas pelo município.

O município mantém periodicidade na compilação dos dados de arboviroses através de boletins epidemiológicos que traçam o cenário das doenças Dengue, Chikungunya

e Zica. Estas doenças fazem parte da Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública³.

Os boletins epidemiológicos são publicações de caráter técnico-científico, de formato eletrônico para os casos de monitoramento e investigação de doenças específicas sazonais. Estes podem ter periodicidade semanal ou mensal, onde são publicadas análises da situação epidemiológica de doenças e agravos de responsabilidade da Vigilância em Saúde; relatos de investigação de surtos, contendo informações sobre índice de incidência e as áreas mais afetadas.

No que diz respeito aos atendimentos hospitalares, Fortaleza conta com dez hospitais, entre prontos socorros e maternidades. Essa rede recebe pacientes de média e alta complexidade de todo os municípios do Ceará, e até mesmo de outros Estados. Dentre os hospitais, é pertinente mencionar o Instituto Doutor José Frota – IJF, reconhecido como um dos maiores hospitais de trauma do nordeste. O IJF atende pessoas em situação de urgência e emergência, com foco no trauma e na alta complexidade, sendo instituição de ensino, pesquisa e orientadora de políticas públicas em saúde. Embora seja reconhecido por seu serviço de excelência, no *site* da prefeitura não foi encontrado nenhum dado quantitativo referente aos atendimentos realizados pelo Instituto Doutor José Frota, tampouco informações sobre os outros equipamentos.

O terceiro e último *site* pesquisado foi o portal da transparência do município de Redenção, o qual foi praticamente impossível coletar informações, haja vista a indisponibilidade destas.

Figura 3 - Fluxograma Informações da Secretaria de Saúde de Redenção



Fonte: Elaborado pela autora

A figura 3 traz de forma ilustrativa as informações encontradas no *site* da prefeitura do município de Redenção. Através do link: Secretaria de Saúde são encontradas

³ A ocorrência de suspeita ou confirmação de eventos de saúde pública, doenças e agravos listados, de acordo com a portaria vigente (PRC n° 4, de 28 de setembro de 2017, Anexo 1 do Anexo V (Origem: PRT MS/GM 204/2016, Anexo 1), e/ou a notificação de surto, são de comunicação obrigatória à autoridade de saúde, realizada pelos médicos, profissionais de saúde ou responsáveis pelos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados. É facultado a estados e municípios incluir outros problemas de saúde importantes em sua região. Fonte: Ministério da Saúde.

informações sobre a gestão, endereços e telefones dos equipamentos e notícias da secretaria. Esta, por sua vez, encontra-se desatualizada, já que a última notícia compartilhada, foi no mês de maio de 2019. Existe ainda um relatório situacional do Município elaborado em 2017 que consta um levantamento de equipamentos e materiais.

Em suma, o site da prefeitura do município de Redenção, apresentou poucos elementos, e, após pesquisa detalhada, não foi possível obter informações relevantes sobre a situação de saúde do município.

No tocante a disseminação de informação nos níveis estadual e municipal, a partir dos fluxogramas expostos, ficou evidente o perfil de cada *site* pesquisado. A pesquisa revelou, sobretudo, um déficit de informações por parte dos municípios, e neste sentido, é importante lembrar do compromisso com a democratização da informação e a transparência. De acordo com Branco (2001), “[...] o processo de descentralização não deve restringir-se a ações e serviços de saúde, mas contemplar também a descentralização da informação, elemento imprescindível à busca de maior autonomia municipal.” (BRANCO, 2001, p. 165).

Nesta perspectiva, um dos princípios gerais da Política Nacional de Informação e Informática em Saúde é a democratização da informação em saúde como um dever das entidades públicas e privadas de saúde no âmbito do SUS e entidades vinculadas ao Ministério da Saúde (BRASIL, 2015).

Como mencionado anteriormente, o Ministério da Saúde desenvolveu um conjunto de Sistemas de Informação que coletam os dados da saúde e disseminam as informações através de sistemas de tabulação de dados disponibilizados pelo DATASUS, tais como o Tabnet, no qual é possível organizar dados de forma rápida conforme a consulta que se deseja tabular. O DATASUS ainda desenvolve, em conjunto com o Ministério da Saúde, mais de vinte aplicativos móveis para o cidadão e profissionais de saúde acessarem informações relacionadas a repasses financeiros de saúde, saúde sexual e reprodutiva, saúde mental, serviços do ministério da saúde e muito mais.

A RIPSAs, por sua vez, reúne informações de entidades representativas dos segmentos técnicos e científicos nacionais envolvidos na produção e análise de dados, e tem como propósito promover a disponibilidade adequada e oportuna de dados básicos, indicadores e análises sobre as condições de saúde, visando aperfeiçoar a capacidade de formulação, gestão e avaliação de políticas e ações públicas pertinentes (BRASIL, 2019).

Apesar da diversidade de informações em saúde existente no país, sobretudo, disponibilizadas pela esfera federal, de modo geral, é natural que a população recorra primeiro ao gestor do serviço para obter a informação desejada, isto é, se o cidadão deseja saber sobre a situação endêmica do município de Redenção, por exemplo, o mais provável, é que ele procure diretamente a Secretaria de Saúde do próprio município, e nesta lógica, é seguro dizer que dados de interesse coletivo, que produzem indicadores, precisam estar disponibilizados, ou seja, informações relevantes na área de saúde, como doenças de notificação compulsória, número de nascimentos e óbitos, número e tipo de atendimentos hospitalares e ambulatoriais, informações sobre atenção básica, dentre outros, compõem informações de grande importância para a população de modo geral.

Sabe-se ainda, que, a internet, com suas ferramentas didáticas de busca, tem-se mostrado uma fonte de informação em saúde de grande relevância para população, por outro lado, essa facilidade de acesso de informações, representa um risco ao usuário, pois não há um controle ou regulamentação desses dados, o que ratifica a responsabilidade dos órgãos governamentais de garantir o acesso à informação segura da população. Além disso, é imprescindível que sejam disponibilizadas de forma didática, visando abranger a grande maioria da população, contribuindo assim, para a promoção de uma saúde pública transparente e eficaz.

No que diz respeito a esta pesquisa, o *site* do Governo do Estado do Ceará apresentou uma interface didática, de manuseio fácil, sendo possível usar gráficos, tabelas, cores e muitas outras ferramentas que facilitam a visualização das informações. Já os *sites* dos municípios de Fortaleza e Redenção, obtiveram resultados pouco satisfatório. O *site* da prefeitura de Fortaleza é pouco instrutivo, isto é, o acesso ao Canal Saúde é confuso, haja vista não existir um link direto, ou seja, o internauta primeiro clica na opção “canais” e só a partir de então, pode ter acesso aos diversos canais de informação da gestão. Já no *site* do município de Redenção, as informações foram insuficientes, pois muitos links estavam vazios, sem dados.

Assim, em plena era da informatização, é imprescindível que união, estados e municípios cumpram com seu papel de democratização da informação, utilizando as ferramentas disponíveis, e, na atual conjuntura, a internet é o melhor instrumento de disseminação de conhecimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Promover a democratização da informação, constitui um dever das entidades públicas. No que se refere à saúde, a disponibilização de informações vai além da prestação de contas, pois representa elementos cruciais para a implementação e avaliação da política de saúde.

Esta pesquisa teve por objetivo analisar as informações em saúde disponíveis em algumas plataformas digitais da gestão pública do estado do Ceará. Os sites pesquisados foram o Portal da Transparência da Saúde do Governo do Estado do Ceará, e os sites das prefeituras dos municípios de Fortaleza e Redenção.

Via de regra, é pertinente dizer que o Portal da Transparência da Saúde do Governo do Estado apresentou resultado satisfatório, tanto em relação a disponibilização de informações atualizadas, quanto em relação a facilidade de obtenção desses dados, com interface didática e compreensível à maioria dos usuários de internet. Entretanto, a pesquisa revelou que não é possível acompanhar a situação epidemiológica de alguns municípios através do Integra Sus, haja vista a indisponibilidade de determinadas informações na plataforma. Contudo, o usuário pode ter acesso a boletins epidemiológicos e relatórios de notificações no *site* da própria Secretaria de Saúde, que detém e divulga muitas informações importantes sobre a situação de saúde do estado.

A pesquisa indicou uma fragilidade de informações disponibilizadas pelos municípios. De modo geral, as informações encontradas consistiram em informes sobre os serviços oferecidos. No caso do município de Redenção, não foi possível coletar nenhum dado consistente. Já no *site* da prefeitura de Fortaleza constam os boletins epidemiológicos como informações sistemáticas sobre a situação de arboviroses do município, entretanto, no que diz respeito aos atendimentos hospitalares e ambulatoriais, embora a capital conte com uma rede de hospitais de referência, no portal da transparência, não constam resultados quantitativos desses atendimentos, sendo impossível traçar um panorama dos atendimentos hospitalares, por exemplo.

Por outro lado, é válido salientar que o fato de estas informações não estarem disponíveis nos *sites* oficiais da gestão pública, não significa necessariamente que eles não existam, mas sobretudo, aponta uma falha no processo de disseminação da informação. Esta conjuntura nos leva a questionar se os serviços de saúde estão coletando adequadamente os dados e repassando as informações que são geradas diariamente. Nesta perspectiva, sabemos que os Sistemas de Informação em Saúde estão presentes em todas as esferas de gestão do SUS e atuam nos processos de planejamento, programação, regulação, controle, avaliação e auditoria. Tal circunstância, nos leva a crer que os dados da situação de saúde dos municípios

pesquisados existem, pois é possível acessá-los através do tabulador de dados Tabnet. Desse modo, torna-se incompreensível o fato de essas informações em saúde não estarem compartilhadas nas plataformas digitais da gestão pública municipal.

Por fim, é importante destacar a importância da realização de estudos mais aprofundados sobre o tema, já que, devido limitações referentes ao tempo e a carência de referências bibliográficas abordando o assunto, foram analisados apenas dois municípios do estado do Ceará. Entretanto, consideramos que este trabalho já foi importante para levantar estas questões e despertar para a necessidade do compartilhamento de informações referentes a saúde nas plataformas digitais da gestão pública, objetivando conhecer o nível de saúde da população, e assim, criar as condições favoráveis para uma boa gestão, já que a qualidade da prestação de serviços gera indicadores de saúde, e estes, possibilitam o planejamento e a execução de atividades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm > Acesso em 29 de novembro de 2019.

_____. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm >. Acesso em: 10 de novembro de 2019.

_____. Decreto de 29 de novembro de 2017. Dispõe sobre o Conjunto Mínimo de Dados da Atenção à Saúde. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Dsn/Dsn14501.htm >. Acesso em 16 de novembro de 2019.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 589, de 20 de maio de 2015. Institui a Política Nacional de Informação e Informática em Saúde (PNIIS). Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2015/prt0589_20_05_2015.html > Acesso em 15 de novembro de 2019.

_____. Ministério da Saúde. Política Nacional de Informação e Informática em Saúde. Disponível em: < [Http://Bvsms.Saude.Gov.Br/Bvs/Publicacoes/Politica_Nacional_Infor_Informatica_Saude_2016.Pdf](http://Bvsms.Saude.Gov.Br/Bvs/Publicacoes/Politica_Nacional_Infor_Informatica_Saude_2016.Pdf) > Acesso em 15 de novembro de 2019.

_____. Ministério Da Saúde. Departamento de Informática em Saúde - DATASUS. Disponível em: < <http://datasus.saude.gov.br/> >. Acesso em: 13 de novembro de 2019.

BRANCO, M. A. F. Informação em Saúde como elemento estratégico para a gestão. In: Ministério da Saúde. (Org.). Gestão Municipal em Saúde - Textos Básicos. 1ª ed. Rio de Janeiro - RJ: Ministério da Saúde, 2001, v., p. 163-170.

COHN A, Westphal MF, Elias PE. Informação e decisão política em saúde. Rev. Saúde Pública. 2005; 39 (1):114-21.

CUNHA, M. A. V. C. D. et al. Democracia Digital. Dados abertos nos municípios, estados e governo federal brasileiros. CEAPG - Centro de Estudos em Administração Pública e Governo (EAESP) e GEPI-Grupo de Ensino e Pesquisa em Inovação (Direito SP), 2015.

GONÇALVES, Márcio Augusto. Organização e funcionamento do SUS – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2014. 132p.

INTEGRA SUS: Transparência da Saúde do Ceará. Disponível em: < <https://integrasus.saude.ce.gov.br/> >. Acesso em: 28 de novembro de 2019.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores socioeconômicos na gestão pública / Paulo de Martino Jannuzzi. – 2. ed. reimp. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012. 110p.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MELLO JORGE, M. H. P.; LAURENTI, R.; GOTLIEB, S. L. D. Avaliação dos Sistemas de Informação em Saúde no Brasil. Cadernos de Saúde Coletiva, v. 18, n. 1, p. 7-18, 2010

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org); DESLANDES, S.F.; CRUZ NETO, O. GOMES, R. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

NERI, Suzana Costa Carvalho. A qualidade dos dados dos sistemas de informação em saúde aplicados na atenção à saúde materno-infantil [tese]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva; 2016. 182 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO. Disponível em: < <https://www.redencao.ce.gov.br/secretaria.php?sec=2> >. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. Canal Saúde. Disponível em: < <https://saude.fortaleza.ce.gov.br/> >. Acesso em 3 de dezembro de 2019.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE - RIPSAs. Disponível em: <<http://www.ripsa.org.br/>>. Acesso em: 13 de novembro de 2019.

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ. Disponível em: < <https://www.saude.ce.gov.br/> >. Acesso em: 8 de dezembro de 2019.

SILVA, A. X.; CRUZ, E. A.; MELO, V. A importância estratégica da informação em saúde para o exercício do controle social. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 683-688, maio/jun. 2007.

THUM, M. A; BALDISSEROTTO, J; CELESTE, R. K. Utilização do e-SUS AB e fatores associados ao registro de procedimentos e consultas da atenção básica nos municípios brasileiros. CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA, v. 35, p. e00029418, 2019.

AGRADECIMENTOS

À Deus, autor de minha existência, pela coragem e determinação que me concedeu para realização deste trabalho.

À Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, em especial ao curso de Pós-Graduação em Gestão em Saúde, por ter contribuído com meu processo de construção do conhecimento na área da Gestão em Saúde.